
TEOLOGIA HISTÓRICA E SISTEMÁTICA



CRÍTICA AO LABOR TEOLÓGICO. A HERMENÊUTICA BÍBLICA EM KANT A PARTIR DE *O CONFLITO DAS FACULDADES*¹

Antônio Renato Gusso² e Matheus Negri³

RESUMO

Para Tillich, Kant possui uma influência maior do que Hegel e Schleiermacher para a teologia. Sua grandeza está em realizar os ideais iluministas e depois os superar. A impossibilidade de se chegar racionalmente a Deus, a liberdade e imortalidade, devido à finitude da razão humana, foi aceita como um pressuposto básico pelos pensadores do século XIX e XX. Poucos tentaram ir contra e, mesmo Karl Barth aceitou plenamente sua crítica. Este trabalho apresenta as teses hermenêuticas de Kant e sua aplicação para a interpretação bíblica a partir de sua obra intitulada *O Conflito das Faculdades*. Kant impõe os limites para a razão humana e desses limites resultam problemas para um possível conhecimento de Deus e o estudo exegético das Escrituras Sagradas. Ele procura identificar se Tillich está certo em sua afirmativa de superação dos ideais iluministas. Pode se concordar com Tillich sobre a grande influência de Kant para a teologia, principalmente sobre Schleiermacher e a hermenêutica moderna, como é evidenciado por Dilthey. Mas não pode se observar o quanto Kant venceu os ideais iluministas sobre a hermenêutica bíblica, pois o pensador de Königsberg, não só permaneceu, como também consolidou as bases para uma hermenêutica iluminista.

Palavras chave: Kant. Hermenêutica. Exegese. Iluminismo.

¹ Artigo recebido em 20 de janeiro de 2016, e aprovado pelo Conselho Editorial em reunião realizada em 15 de junho de 2016, com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Pós-doutor em teologia pela EST. Professor e Coordenador de Mestrado das Faculdades Batista do Paraná, em Curitiba. E-mail: renatogusso@hotmail.com.

³ Mestrando em teologia pela Faculdades Batista do Paraná. Coordenador de Estágios e professor na Faculdade Fidelis, em Curitiba. E-mail: matheus.negri@hotmail.com.

ABSTRACT

*According to Tillich, Kant had a greater influence than Hegel and Schleiermacher on theology. His prominence lied in understanding the ideas of those from Enlightenment thinking and then overcoming them. The impossibility of rationally reaching God, liberty and immortality given the finiteness of human reasoning, was accepted as a basic presupposition by thinkers of the nineteenth and twentieth century. A few tried to go against this line of thought, and even Karl Barth fully accepted their criticism. This paper presents the hermeneutical theses of Kant and their applications on biblical interpretation in light of his work entitled *The Conflict of Faculties*. Kant imposed limits on human reasoning which resulted in difficulties of possibly knowing God and the exegetical studying of the Holy Scriptures. From these limits, Tillich's assertion is contemplated if Kant indeed overcame Enlightenment ideas. One can agree with Tillich about Kant's significant influence on theology, especially on Schleiermacher and modern hermeneutics, as proven by Dilthey. However, it cannot be observed how much Kant overcame Enlightenment ideas regarding biblical hermeneutics, since the thinker Königsberg not only continued but also consolidated the basis for Enlightenment hermeneutics.*

Keywords: Kant. Hermeneutics. Exegesis. Enlightenment.

INTRODUÇÃO

Por toda a obra de Kant pode se encontrar teses sobre a disciplina da hermenêutica, porém suas teses não são levadas em consideração por historiadores da hermenêutica, mesmo com o reconhecimento por parte de Dilthey, Heidegger e Gadamer da importância de suas teses para a hermenêutica moderna. Porém a influência do neokantismo, que visualiza Kant apenas sob sua teoria do conhecimento das ciências naturais venceu estes mesmos autores⁴. Já para Paul Tillich, Kant possui uma influência maior do que Hegel e Schleiermacher para a teologia como um todo. Sua grandeza está em realizar os ideais iluministas e depois os superar. A impossibilidade de se chegar racionalmente a Deus, a liberdade e imortalidade, devido à finitude da razão humana, foram aceitos como pressuposto básico pelos pensadores do século XIX e XX, poucos tentaram ir contra, mesmo Karl Barth aceitou plenamente sua crítica⁵.

Será que Paul Tillich estaria certo em afirmar que Imanuel Kant supera

⁴ BECKENKAMP, Joãozinho. **Kant e a Hermenêutica Moderna**. Belo Horizonte: Kriterion, v. 51, n.121, Junho 2010, p. 276-278.

⁵ TILLICH, Paul. **Perspectivas da Teologia Protestante nos Séculos XIX e XX**. São Paulo: ASTE, 2004, p. 90.

os ideais iluministas ou ele poderia ser considerado um pensador basilar para tal movimento? Assim, este artigo visa apresentar as teses hermenêuticas de Kant e sua aplicação para a interpretação bíblica a partir de sua obra, *O Conflito das Faculdades*. Para responder a questão acima levantada e verificar a influência das teses kantianas para a disciplina da interpretação bíblica, Kant impõe os limites para a razão humana e desses limites resultam problemas para um possível conhecimento de Deus e o estudo exegético das Escrituras Sagradas. Diante deste problema deve se perguntar onde está a possibilidade de uma hermenêutica bíblica em Kant.

Kaiser e Silva acertadamente entendem que o conceito de hermenêutica, na contemporaneidade, é visto como um termo aberto, possuindo vários significados e diversas abordagens, levando aqueles que procuram defini-la a certos problemas que podem tornar esta ação uma questão vã⁶. Para Paul Ricoeur a questão central do problema hermenêutico é a relação que se dá entre o evento, a palavra e a escrita⁷. Desta forma, a hermenêutica se torna algo caro para o cristianismo, pois o mesmo é dependente de suas leituras sucessivas da Bíblia e de sua capacidade de transformar a palavra em proclamação.

É entendido, para os fins deste artigo, hermenêutica como a disciplina que lida com os princípios da interpretação, mais precisamente a disciplina aplicada ao estudo das Sagradas Escrituras⁸.

1 PRESSUPOSTOS KANTIANOS

Immanuel Kant (1724-1804) passou toda a sua vida na cidade de Königsberg, hoje território russo. Recebeu muita influência do pietismo alemão devido à forte fé professada por sua mãe. Não se destacou como um grande aluno, porém, aos 16 anos, ingressou na Universidade e por volta dos 20 anos começou a lecionar e publicar seus escritos filosóficos. Com 31 anos torna-se professor horista na Universidade e assistente de biblioteca. Com 45 anos conquistou o

⁶ KAISER, Walter Jr., SILVA, Moisés. **Introdução à Hermenêutica Bíblica**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002, p. 13.

⁷ RICOEUR, Paul. **Ensaio Sobre a Interpretação Bíblica**. São Paulo: Novo Século, 2004, p. 45.

⁸ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1962, p. 472.

cargo de professor de lógica e metafísica. Aos 56 anos publicou a *Crítica da razão pura*, obra que o tornou conhecido na história do pensamento mundial⁹.

Para Eduardo Abranches de Soveral, discorrendo sobre as influências encontradas no pensamento de Kant, ele persegue os mesmos objetivos por meio dos mesmos quadrantes culturais de sua época, sendo eles: a linha do racionalismo cartesiano de Leibniz e Wolff; a linha experimental de Bacon, Galileu, Kepler e Newton; a linha dos empiristas ingleses de Locke, Berkeley e Hume, e; o novo humanismo iluminista, que com a ascensão da burguesia via na cultura uma arma de combate social¹⁰.

Segundo o próprio Kant, foi na leitura de Hume e na sua explicação unilateral no que se refere aos fundamentos do pensamento humano que ele despertou de sua inércia. Como afirmou: “Confesso francamente: foi a advertência de David Hume que, há muitos anos, interrompeu o meu sono dogmático e deu às minhas investigações no campo da filosofia especulativa uma orientação inteiramente diversa”¹¹. A principal obra filosófica de Hume é o *Tratado da natureza humana*, publicada em três volumes, entre 1739 e 1740. Segundo Soveral, Kant não teve contato com esta obra, visto que ela só foi traduzida para o alemão em 1790, mas sim com *Investigações sobre o entendimento humano*¹². Sobre esta obra de Hume, segundo Bertrand Russel em *História da filosofia ocidental*, seria um resumo do *Tratado*, deixando de fora todas as razões de suas conclusões, porém foi esta obra durante muito tempo a mais conhecida de Hume¹³.

Para exemplificar o pensamento de Hume contido em *Investigações* e em *Tratado* seguem as palavras do empirista:

Quando percorrermos as bibliotecas, convencidos destes princípios, que devastação não deveremos produzir! Se tomarmos em nossas mãos um

⁹ PEREZ, Daniel Omar. Kant: a lei moral. In: SGANZERLA, Anor; FALABRETTI, Ericson Sávio; BOCCA, Francisco Verardi. **Ética em Movimento**. São Paulo: Paulus, 2009, p. 29.

¹⁰ SOVERAL, Eduardo Abranches de. **O Problema das Influências de Locke e de Hume em Kant**. Revista Portuguesa de Filosofia T. 23, Fasc. 2 (Apr.-Jun. 1967), pp. 161-183, p. 162.

¹¹ KANT, Imanuel. **Prolegômenos a Toda Metafísica Futura**. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 17.

¹² SOVERAL, 1967, p. 164.

¹³ RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1967, p. 195.

volume qualquer, de teologia ou metafísica escolástica, por exemplo, faremos a pergunta: Contém ele qualquer raciocínio abstrato referente a números e quantidades? Não. Contém qualquer raciocínio experimental referente a questões de fato e de existência? Não. As chamas com ele, então, pois não pode conter senão sofismas e ilusão.¹⁴

Assim fica evidente que o pensamento de Hume é centrado no “método experimental”, sendo este método o crivo para se conhecer o objeto, isto é a realidade, de forma que hipóteses e conjecturas não são válidas para o conhecimento da verdade e sim a experiência e a observação. Então pode se construir uma máxima em Hume – todo o conhecimento humano é baseado na experiência. E será sobre este ponto, que segundo Russel, Kant se levantará em oposição a Hume¹⁵.

Por toda a sua vida Kant esteve muito preocupado com o universo espiritual, seus elementos variados e diversos, surgindo assim a questão quanto ao que pode se conhecer, qual a possibilidade e seus limites¹⁶. Para Batista Mondin a contribuição de Kant está em demonstrar que o conhecimento humano é uma construção ativa do objeto por parte do sujeito, negando a metafísica e impondo os limites para o conhecimento humano¹⁷.

Sabendo disso é necessário perguntar: é possível, de alguma forma, um contato com o divino, e, realmente, pode se chegar a uma prova da existência de Deus? Pois são conhecidas as limitações impostas pela razão. Em seu livro, *Crítica da Razão Pura*, Kant apresenta que Deus é um objeto da metafísica, pois é um nômemo¹⁸, e como não é possível uma metafísica racional o caminho para Deus está fechado¹⁹.

¹⁴ HUME, David. **Investigações Sobre o Entendimento Humano e Sobre os Princípios da Moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 222.

¹⁵ RUSSEL, 167, p. 246.

¹⁶ CHAUI, Marilena de Souza. Kant - Vida e obra. In: KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991, p. 5.

¹⁷ MONDIN, Batista. **Curso de Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1981, p. 175.

¹⁸ Termo introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a coisa em si, contrapondo o fenômeno.

¹⁹ MONDIN, 1981, p. 177.

2 A POSSIBILIDADE DA PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS

É impossível para a razão teórica conhecer a Deus, pois sua existência não pode ser provada racionalmente. Kant deixa evidente sua posição nas seguintes palavras:

Ser não é, evidentemente, um predicado real, isto é, um conceito de algo que possa acrescentar-se ao conceito de uma coisa [...]. No uso lógico é simplesmente a cópula de um juízo [...]. Se tomar, pois, o sujeito (Deus) juntamente com todos os seus predicados e disser Deus é, ou existe um Deus, não acrescento um novo predicado ao conceito de Deus, mas apenas ponho o sujeito em si mesmo, com todos os seus predicados e, ao mesmo tempo, o objeto que corresponde ao meu conceito²⁰.

Assim, fica evidente que não se pode deduzir a existência de Deus baseando-se somente em seus conceitos, pois nEle poderia estar contido o que se queira e o quanto se queira, assim, não havendo no pensamento puro nenhuma forma de conhecer sua existência, de forma que o conceito de um ser supremo é simplesmente uma ideia, a qual não pode alargar o conhecimento do que existe. Além do mais, é impossível fazer juízo consistente sobre algo que não existe²¹.

Desta maneira fica demonstrado que para Kant os juízos sobre Deus ficam totalmente desprovidos de cientificidade, Deus é incognoscível e inacessível à razão teórica. Mas não descarta esse movimento natural da razão humana em aventurar-se por ideias transcendentais. Nas palavras do próprio filósofo:

Todos os nossos raciocínios que pretendem levar-nos para além do campo da experiência possível são ilusórios e destituídos de fundamento, mas também nos esclarece essa particularidade, que a razão humana tem um pendor natural para transpor essa fronteira e que as ideias transcendentais são para ela tão natural como as categorias para o entendimento²².

Se em sua *Crítica da Razão Pura*, Kant fecha o caminho para Deus, já em *Crítica da Razão Prática* permite uma possibilidade de conhecer Deus, não pela razão, mas pela moral. Pois questões como esta são possíveis como postulados da fé, e podem ser faladas por meio da razão prática. Como cita Kant:

²⁰ KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura** (1781). Lisboa: Fund. Calouse Gulbenkian, 2001, A 598-9 B 616-7.

²¹ KANT, 1781, A 601 B 629-30.

²² KANT, 1781, A 646.

Estes postulados não são dogmas teóricos, mas pressuposições em sentido necessariamente prático; portanto, se não distendem em verdade o conhecimento especulativo, dão contudo, realidade objetiva às ideias da razão especulativa em geral [...]. Autorizando-a a formular conceitos que sem isso não poderia intentar nem sequer a afirmativa de sua possibilidade²³.

Para Daniel Omar Perez, a questão é sobre a possibilidade de proposições sintéticas a priori sobre a religião, que não sejam devaneios místicos. Esta questão é a debatida por Kant no conflito entre a faculdade de teologia e a de filosofia. Para tanto, o filósofo deve demonstrar que as proposições são sintéticas, pois são a priori e porque seus conceitos integrantes possuem um significado prático. Para tanto, Perez procura demonstrar como Kant analisa a frase, “Há um Deus, por tanto há um bem supremo no mundo”, de forma que fique evidente que ela seja a priori²⁴.

Segundo afirma, para Kant, entre a lei moral e a ideia de Deus há uma relação analítica, pois pode se derivar analiticamente a lei moral da ideia de Deus, porém, isto não afirma a existência de Deus, só a ideia de Deus como legislador absoluto de todos os seres racionais. Então analisa a segunda parte da afirmação, o conceito de bem supremo. E sobre o bem supremo Kant analisou em seu livro *Crítica da Razão Prática* na relação dialética entre virtude e felicidade. Nas palavras do próprio Kant verifica-se o seguinte:

Pois bem: enquanto a virtude e a felicidade constituem conjuntamente a posse do sumo bem em uma pessoa e enquanto, além disso, estando felicidade repartida exatamente, em proporção idêntica, à moralidade (como valor da pessoa e da dignidade de ser feliz), constituem ambas o sumo bem de um mundo possível, isto significa o mais completo e acabado bem; neste, todavia, a virtude é sempre, como condição, o bem mais elevado, porque não tem sobre si nenhuma outra condição, enquanto a felicidade apresenta alguma coisa que é agradável para aquele que possui, mas sem ser por si mesma absolutamente boa para todos os aspectos, dado que supões, constantemente, de acordo com a lei, a conduta moral como condição²⁵.

Deste modo, a relação dada entre virtude e felicidade é uma síntese de

²³ KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967, p. 212.

²⁴ PEREZ, Daniel Omar. **Política, Religión y Medicina em Kant: El Conflito de las Proposiciones**. Cinta de Moiebo, Ciudad de Chile, 28: 91-103, p. 94.

²⁵ KANT, 1967, p. 184.

conceitos que não tem seu fundamento na experiência, mas em um conhecimento a priori do próprio conceito que se deriva do objeto do querer prático. Então é possível pensar uma conexão entre virtude e felicidade derivada da própria lei, e para tanto, Kant introduz o conceito de imortalidade da alma e existência de Deus. Pode se falar racionalmente da imortalidade da alma devido ao fato de que a realização do bem supremo no mundo ser um objeto necessário de uma vontade determinável por uma lei moral e a santidade, da qual nenhum ser racional do mundo sensível é capaz de atingir, da adequação entre vontade e lei. Por outro lado a realização do bem supremo inclui também a felicidade adequada à moralidade, que pressupõe a existência de Deus como necessidade da possibilidade de um bem supremo. Nas palavras de Perez:

A partir daqui podemos dizer que para nós é um dever moral fomentar o bem supremo, e isto só é possível pela condição da existência de Deus, então é moralmente necessário admitir a existência de Deus. Neste caso podemos dizer que introduzimos um conceito teórico (Deus como causa da natureza e que podemos chamar de “hipóstase”) que não é demonstrável como tal, mas é necessária em sentido prático: Deus tem uma existência prática (como necessidade moral subjetiva, e se pode chamar de fê racional que liga a moralidade à felicidade).²⁶

Assim, Perez concluiu que a proposição, “há um Deus, por tanto há um bem supremo no mundo” é sintética a priori, universal e com necessidade subjetiva. E sua explicação mostra que a religião deriva racionalmente da moral.

Por isso, para Beckenkamp, Kant possuía uma intenção sistemática abrangente muito além da *Crítica da Razão Pura* e voltada para a filosofia prática e estética. É neste contexto que se encontram as bases de sua hermenêutica bíblica²⁷.

3 O CONFLITO ENTRE A RAZÃO E A TEOLOGIA

Kant em seu livro intitulado *O Conflito das Faculdades*, publicado em 1798, analisa o confronto entre as faculdades ditas superiores: teologia, direito e medicina, com a de filosofia, dita inferior. E apresenta a possibilidade de uma hermenêutica bíblica em termos de uma moralidade. Será verificado, então, o

²⁶ PEREZ, 2007, p. 95.

²⁷ BECKENKAMP, 2010, p. 279.

conceito da faculdade de teologia para o escritor da *Crítica da Razão Pura*.

Para Kant existe uma relação muito íntima entre o governo e as faculdades superiores, pois para o governo a finalidade destas faculdades está na possibilidade de utilizá-las para o fim de gerenciamento e organização social, a qual garante, pela religião, uma força que trabalha no íntimo do povo, ajudando a levá-los a praticar a lei e manter a ordem social, como apresenta Kant: “Mediante as doutrinas públicas em relação ao primeiro, o próprio governo pode ter a máxima influência sobre o íntimo dos pensamentos e os mais recônditos desígnios da vontade dos seus súditos, a fim de descobrir aqueles e dirigir estes”²⁸.

Estas faculdades superiores, das quais o governo tira proveito, são todas baseadas na escrita, e seu ensino é confiado pelo governo. Neste escrito estão os estatutos, as doutrinas impostas por outrem que cada homem deve seguir, que não são provenientes da razão, mas de um legislador externo. No caso da teologia cristã esta escritura é a Bíblia. Visto que é nela que o teólogo buscará suas normas e não na razão²⁹. Vale ressaltar neste ponto o que Candiotta assevera sobre Kant e o espírito de esclarecimento de sua época, pois para o filósofo da *Crítica* o esclarecimento era uma ordem que por meio da razão, sem necessitar de meios exteriores, o ser humano deveria buscar sair de sua menoridade culpável e racionalmente deixar-se ser conduzido, tornar-se autônomo, no esclarecimento da razão³⁰. Por isso, o uso das Escrituras e demais doutrinas públicas é visto como algo negativo por parte de Kant, pois priva-se a razão de legislar e deixa-se que ações externas gerenciem a vida, algo impossível para alguém esclarecido.

Quanto à peculiaridade da faculdade teológica, ele demonstra que o teólogo bíblico tem por finalidade provar a existência de Deus por sua demonstração bíblica, que a Bíblia apresenta também a natureza d’Ele, mas que não deve tentar demonstrar que o próprio Deus tenha falado por meio dela, pois isto cabe à faculdade de filosofia. Como não há nenhum exegeta humano autorizado por Deus, o teólogo bíblico deverá contar com uma compreensão dada pelo Espírito e não que a razão faça valer sua interpretação, e deve também contar com a graça divina, pois é conhecido que por sua própria natureza homem nenhum tem em si mesmo poder para executar os mandamentos. E define ainda que não se deveria

²⁸ KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 24.

²⁹ KANT, 1993, p. 25.

³⁰ CANDIOTTO, César. Ética e dever moral em Kant. In: CANDIOTTO, César. **Ética: abordagens e perspectivas**. Curitiba: Champagnat, 2011, p. 94.

misturar as coisas, pois daí não seria possível elaborar um conceito exato de cada uma das faculdades³¹.

Isto, pois, para Kant, refutando a tese de Hume, a legitimidade do conhecimento não depende da sensibilidade, que neste caso seria a experiência do exegeta diante da Bíblia. Desta forma, para Candiotto, o que importa é “a investigação do modo como se conhece e não daquilo a ser conhecido”³².

E é aqui quando os conceitos se misturam e que aparecem os conflitos, pois, o autor da *Crítica da Razão Pura* afirma que o teólogo não deve manter um contato muito frequente com a filosofia, a qual poderia sucumbir diante das críticas. Mas então, como se dá o conflito e como resolvê-lo?

Para Kant há duas possibilidades para o conflito, o ilegal e o legal. A ilegalidade do conflito se dá no caso de uma disputa pública das opiniões, a qual não é permitida impugnar uma das partes e quando é usado de astúcia ou violência para levar ao consentimento. Pois segundo Kant: “O conflito das Faculdades visa a influência sobre o povo, e só pode obter esta influência, contanto que cada qual leve o povo a acreditar que ela sabe melhor fomentar o seu bem-estar, ao passo que no modo como tal pensam conseguir se opõe justamente entre si”³³. Mas, infelizmente, o povo coloca sua felicidade nos fins naturais da vida após a morte, na segurança dos bens e na saúde. Como escreve Kant:

Mas quero saber de vós enquanto eruditos como é que, ainda que tivesse vivido de um modo infame, poderia no entanto obter, um pouco antes do fechar da porta, um bilhete de entrada no reino dos céus; como é que, ainda que tivesse cometido a injustiça, conseguiria apesar de tudo ganhar o meu processo; e como, embora tivesse usado e abusado, para contentamento do coração, das minhas forças físicas, poderia não obstante permanecer e ter longa vida.³⁴

Então, para Kant, a filosofia não está para derrubar as doutrinas das faculdades, em embates públicos, mas está para se opor à superstição que o povo atribui de maneira mágica e o problema que acarretará caso abandone suas práticas, seja da teologia, direito ou medicina³⁵. Isto se faz necessário, pois, como tenciona

³¹ KANT, 1993, p. 26, 27.

³² CANDIOTTO, 2011, p. 95.

³³ KANT, 1993, p. 34.

³⁴ KANT, 1993, p. 35.

³⁵ KANT, 1993, p. 35.

Kant, o povo quer ser enganado, deseja que sua vida seja guiada pelos eclesiásticos, funcionários da justiça e médicos, estes são os práticos, e não pelos eruditos das faculdades, que para o povo são sábios demais, quase incompreensíveis³⁶.

Já o conflito legal entre as faculdades se dá quando o governo permite que a faculdade de filosofia indague as superiores, permitindo que seja demonstrada toda a verdade. Pois este é o seu objetivo, a verdade e nada mais. A faculdade de filosofia deve criticar as outras procurando sempre apresentar a razão e não permitindo que nada que não seja racional tenha crédito, ou veneração, popular³⁷. Ficando evidente nas palavras de Kant que: “por conseguinte, não pode conceder-se às Faculdades superiores direito algum sem que, ao mesmo tempo, a inferior fique autorizada a apresentar ao público erudito as suas dúvidas”³⁸.

4 A RESOLUÇÃO DO CONFLITO: HERMENÊUTICA RACIONAL

Após evidenciar o problema, Kant procura apresentar uma forma correta para diminuir o conflito entre a faculdade de teologia e a de filosofia, sabendo que deve sempre a segunda apresentar críticas à primeira, e nessas críticas uma forma de solução ao problema. Em sua obra *Religião nos Limites Simples da Razão*, já havia lançado as bases de suas concepções teológicas como a centralidade da razão prática e a finalidade da religião como moralizadora, procurando levar o ser humano a tornar-se morador de uma comunidade ética, isto não por meio da fé ou da Bíblia, mas por meio de uma plena autonomia da razão prática³⁹. Porém, é no *Conflito das Faculdades* que deixa explícito os princípios para a interpretação de narrativas religiosas.

Primeiro, separa as classes de teólogos que para ele são divididos em teólogo bíblico e teólogo racional, os quais possuem suas próprias funções claras e distintas. Para Kant a divisão se dá da seguinte forma:

O teólogo bíblico é, em rigor, o erudito escriturista para a fé eclesial que

³⁶ KANT, 1993, p. 36.

³⁷ KANT, 1993, p. 38.

³⁸ KANT, 1993, p. 41.

³⁹ KANT, Immanuel. **A religião nos limites da simples razão**. Covilhã: LusoSofia Press, 2008, p. 114-116.

se funda em estatutos, i.e., em leis que decorrem do arbítrio de outro; pelo contrário o teólogo racional é o erudito da razão quanto à fé religiosa, por conseguinte, aquela que se baseia em leis interiores que podem deduzir da razão própria de cada homem. Que assim seja, i.e., que a religião jamais possa se fundar em estatutos (por mais elevada que seja a sua origem), é o que se depreende do próprio conceito de religião.⁴⁰

Fica evidente aqui o conceito de religião kantiana, uma questão interna humana, que não depende, ou não deve depender, de fatores externos, mas somente da razão, e que não se distingue em ponto algum da moral quanto à matéria. A distinção que apresenta se dá somente de maneira formal, e é pela ideia de Deus que legisla a moral influenciando a vontade humana. Daí difere fé racional de fé eclesial, a qual por fé racional entende-se por uma fé fundada sem estatutos, somente na simples razão, e a fé eclesial é baseada em estatutos provenientes de uma revelação que garante a sacralidade dos mandamentos. E tem por objetivo, por meio destes mandamentos, melhorar o ser humano⁴¹. Seu conteúdo não tem legitimidade universal, pois está presa a um povo e seus estatutos não podem legislar a todos. Quanto à fé racional seus estatutos são universais e legisla pela razão⁴².

Mas para Kant a verdade sobre a religião não está na Escritura, pois a mesma está presa num período histórico e não pode de maneira nenhuma ser tomada em caráter universal. Esta é uma das confusões causadas pelos teólogos bíblicos ao tentar universalizar questões que não condizem com a razão prática. Assim, ele tem a crítica filosófica como uma adversária, que procura esclarecer esses problemas dirigindo-se para uma fé religiosa⁴³.

Considerando que a fé eclesial está presa a uma interpretação de estatutos e a busca do filósofo deve ser a de uma religião filosófica, baseada na razão, se faz possível, então, para Kant, interpretar a Escritura de forma que resolva o conflito entre as faculdades, pela possibilidade de uma interpretação filosófica da Bíblia. Definiu da seguinte maneira sua hermenêutica: todas as passagens que ultrapassam o conceito racional, que contêm proposições contrárias à razão prática, devem ser interpretadas para benefício da razão. Como exemplo,

⁴⁰ KANT, 1993, p. 43.

⁴¹ KANT, 1993, p. 44.

⁴² KANT, 1993, p. 61.

⁴³ KANT, 1993, p. 45.

tem-se a doutrina da trindade e da encarnação. Pois a fé dada pela razão é por si só suficiente. Deve se interpretar desta forma também as passagens que expressam de maneira contrária o conceito racional da natureza divina, devendo o teólogo bíblico interpretar de uma maneira que o sentido seja digno de Deus⁴⁴. Aqui, para Ricoeur, tem-se um prenúncio do empreendimento hermenêutico de Bultmann da desmistificação, que tem por intuito descortinar a distância entre a cultura e o aparato conceitual dos tempos bíblicos, procurando compreender o texto de uma melhor maneira, buscando o que ele fala sobre o evento e não sobre si mesmo, retirando o escândalo do mito⁴⁵.

O que pode ser constatado no estudo de Bultmann intitulado *Milagre*, no qual o autor faz uso de dois termos *Wunder* e *Mirakel*, que em português, usualmente, são traduzidos por milagre, e que em alemão se refere da mesma forma ao milagre. Porém, para Bultmann, *Wunder* é a autêntica ação de Deus, neste caso numa perspectiva existencialista, e *Mirakel* é a ação de Deus mitologizada⁴⁶.

O vocábulo *Wunder* é interpretado por Bultmann em perspectiva existencialista e não da maneira usual, pois para o autor “quando agimos responsabilmente, não podemos contar com a possibilidade de que Deus possa suspender a lei da gravidade ou outra equivalente”⁴⁷. Deixando assim evidente a influência da interpretação racional da Bíblia sugerida por Kant de que a razão deve ser a verdadeira chave hermenêutica.

Retomando a Kant, a fé eclesial pode ou deve passar por purificações, que é nada menos do que a exposição de seus estatutos às exigências da razão, visando chegar o mais próximo possível de uma fé fundada na razão moral. Mesmo que o texto de fé apresente estatutos morais é dever do ser humano buscar segui-los por sua própria disposição, mesmo que fique provada e santidade de tais leis. Então, Kant conclui desta maneira:

Portanto, as passagens das Escrituras que parecem conter semelhante revelação específica devem interpretar-se como dizendo apenas respeito ao veículo desta fé moral para um povo, segundo os dogmas que até então nele estiveram em voga, e não como fé religiosa (para todos os homens),

⁴⁴ KANT, 1993, p. 46-48.

⁴⁵ RICOEUR, 2004, p. 53.

⁴⁶ BULTMANN, Rudolf. **Milagre**: princípio de interpretação do Novo Testamento. São Paulo: Novo Século, 2003, p. 13.

⁴⁷ BULTMANN, 2003, p. 18.

por conseguinte, como unicamente concernentes à fé eclesial (por exemplo, para judeo-cristãos); fé que necessita de provas históricas de que ninguém pode tornar-se participante, ao passo que a religião (enquanto fundada em conceitos morais) deve por si ser completa e indubitável.⁴⁸

A proposta kantiana parece uma religião naturalista e não cristianismo. Em sua defesa Kant assevera que o cristianismo é uma religião que deve se fundar na razão e em certa medida ser natural. A Bíblia seria a forma da sua introdução que apresenta as prescrições morais da razão. Porém, de forma alguma o cristianismo é uma religião natural, pois se fosse não poderia admitir uma revelação com seus estatutos morais⁴⁹.

Então conclui que o modo que apresentou para interpretar a Escritura, seguindo o princípio da moralidade da revelação, é o correto e o que não traria conflito com a faculdade de filosofia, pois se houvessem conflitos estes poderiam tornar-se obstáculos ao bem. E declara que só se pode aprender e entender coisas concernentes ao que a razão compreende. Nas palavras do próprio filósofo:

Deus é em nós o próprio exegeta, porque não compreendemos ninguém a não ser o que conosco fala mediante o nosso próprio entendimento e a nossa própria razão; a divindade de uma doutrina que nos foi publicada por nada mais pode ser reconhecida a não ser graças aos conceitos da nossa razão enquanto são moralmente puros e, desse modo, infalíveis.⁵⁰

Diante destas considerações kantianas se faz necessário perguntar se é possível o desenvolvimento de um caminho para Deus e qual a validade científica de uma experiência religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de suas considerações sobre a religião e a razão, Kant evidencia que a experiência religiosa, as sensações que demonstram no religioso as provas de sua fé, não podem de maneira nenhuma ser consideradas verdadeiras, e nem experiências, pois, se é sobrenatural, não pode ser entendido pela razão e

⁴⁸ KANT, 1993, p. 53.

⁴⁹ KANT, 1993, p. 53.

⁵⁰ KANT, 1993, p. 57.

nem provar que são reais, não se sabe se são reais ou devaneios. Segundo atesta, a ideia da divindade reside unicamente na razão e não nos sentidos⁵¹.

Quanto à possibilidade de Deus falar diretamente ao ser humano, fica valendo o mesmo princípio da experiência religiosa, pois não é possível saber se realmente é Deus que fala. Nas palavras de Kant:

Com efeito, se Deus falar realmente ao homem, este nunca consegue saber se é Deus que fala. É absolutamente impossível que, por meio dos sentidos, o homem tenha de apreender o infinito, distingui-lo dos seres sensíveis e reconhecê-lo como qualquer coisa.⁵²

O cristianismo participa com as duas questões - a experiência religiosa e a possibilidade de falar com Deus - mas também de seu relacionamento com o livro sagrado, a Bíblia, e quanto a ele, Kant, defendeu que não é possível considerar sua validade científica, pois seus autores sempre foram humanos e suscetíveis ao erro. E sua validade está em seu efeito moralizador no povo, suficiente para exercer influência nos corações dos homens. Da divindade das Escrituras Kant fala que:

A divindade do seu conteúdo moral compensa assaz a razão do caráter humano da narrativa histórica que, ilegível aqui e além como um velho pergaminho, se deve tornar inteligível mediante acomodações e conjecturas em consonância com o todo, e justifica assim a proposição de que a Bíblia, como se fora uma revelação divina, merece ser conservada, utilizada moralmente e supor como meio de direção à religião.⁵³

Assim, Kant concluiu que os teólogos devem manter a fé bíblica sem, no entanto, tirar a liberdade do filósofo de submeter à crítica da razão, pois o verdadeiro exegeta é unicamente a razão humana que é universalmente compreensível e tem condições de atestar a verdade.

A partir destas conclusões pode se evidenciar os pontos centrais da hermenêutica kantiana: a) A razão prática como chave hermenêutica, isto é, o princípio moral como único critério norteador para a hermenêutica bíblica; b) A dessacralização do texto sagrado, isto é, o pressuposto de que a Bíblia é somente mais um, entre outros, texto religioso; c) A separação entre fé e história para a

⁵¹ KANT, 1993, p. 70.

⁵² KANT, 1993, p. 76.

⁵³ KANT, 1993, p. 78.

interpretação bíblica; d) Nenhuma manifestação miraculosa, ou algo que fuja à razão deve ser aceita; e) O valor da interpretação bíblica se dá somente em sua capacidade moralizadora; f) A impossibilidade de um conhecimento e experiência de Deus seja por meio das Sagradas Escrituras, ou de qualquer outra forma que não seja a razão prática.

Desta maneira, é possível encontrar em Kant uma hermenêutica não só carregada de pressupostos, como também severamente marcada por uma “eisegese”, confiando a uma questão exterior, a razão prática, e não propriamente ao texto a sua interpretação. Mesmo que Beckenkamp, de certa maneira, encontre em Kant tendência para a busca do sentido literal, do contexto histórico, e da importância do conhecimento das línguas originais, o mesmo não fica tão explícito quanto a sua chave hermenêutica da razão prática⁵⁴. Pode ser encontrado assim, em Kant, o que Ricoeur chamou de terceiro problema hermenêutico do cristianismo, a entrada dos métodos críticos das disciplinas seculares para a interpretação bíblica⁵⁵.

Assim, é possível concordar com Tillich sobre a grande influência de Kant para a teologia, principalmente sobre Schleiermacher e a hermenêutica moderna, como é evidenciado por Dilthey. Mas não é possível observar o quanto Kant venceu os ideais iluministas sobre a hermenêutica bíblica, pois o pensador de Königsberg, não só permaneceu, como também consolidou as bases para uma hermenêutica iluminista. Para Augustus Nicodemus Lopes, os pontos centrais da interpretação bíblica iluminista são: a) A rejeição dos relatos miraculosos, considerando-os mitos religiosos; b) A distinção entre fé e história; c) A impossibilidade da inspiração divina da Bíblia, negando sua infalibilidade; d) A exegese controlada pela razão; e) A distinção radical entre o Antigo e Novo Testamento⁵⁶.

Desta maneira, fica evidente que a hermenêutica bíblica de Kant é fundamentalmente iluminista, não vencendo assim o seu tempo como sugerido por Tillich, e de certa maneira lançando as bases para a Teologia Liberal. Como o próprio Tillich enfatiza, as considerações kantianas foram levadas a sério pela escola de Ritschl, e estes desferiram um radical ataque contra o misticismo cristão. Para eles, a única forma de elevar o homem a uma categoria maior do que a dos

⁵⁴ BECKENKAMP, 2010, p. 287-288.

⁵⁵ RICOEUR, 2004, p. 50.

⁵⁶ LOPES, Augustus Nicodemus. **A Bíblia e Seus Intérpretes**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 184-189.

animais era o imperativo moral, com o qual a graça desvalorizava a liberdade autônoma do homem, o milagre violaria a estrutura essencial e universal da realidade, o que se tem é a filosofia do reino de Deus – o estabelecimento do homem moral sobre a terra – implantação da paz e justiça social por toda a terra, nada mais do que uma vida baseada na doutrina da razão prática⁵⁷.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- BECKENKAMP, Joãozinho. **Kant e a Hermenêutica Moderna**. Kriterion, Belo Horizonte, v.51, n.121, Junho 2010.
- BULTMANN, Rudolf. **Milagre**: princípio de interpretação do Novo Testamento. São Paulo: Novo Século, 2003.
- CANDIOTTO, César. Ética e dever moral em Kant. In: CANDIOTTO, César. **Ética**: abordagens e perspectivas. Curitiba: Champagnat, 2011.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Kant - vida e obra. In: KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.
- HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- KANT, Immanuel. **O conflito das Faculdades**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- KANT, Immanuel. **A Religião nos limites da simples Razão**. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura (1781)**. Lisboa: Fund. Calouse Gulbenkian, 2001.
- KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.
- KAISER, Walter Jr.; SILVA, Moisés. **Introdução à hermenêutica bíblica**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.
- LOPES, Augustus Nicodemus. **A Bíblia e seus intérpretes**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- MONDIN, Batista. **Curso de Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1981.
- PEREZ, Daniel Omar. **Política, Religión y Medicina em Kant**: El Conflito de las Propositiones. *Cinta de Moiebo*, Universidad de Chile, 28: 91-103. Disponível em: www.moebio.uchile.cl/28/perez.html. Acesso em 20 de janeiro de 2016.
- PEREZ, Daniel Omar. Kant: a lei moral. In: SGANZERLA, Anor; FALABRETTI, Ericson Sávio;
- BOCCA, Francisco Verardi. **Ética em movimento**. São Paulo: Paulus, 2009.
- RICOUER, Paul. **Ensaio sobre a interpretação bíblica**. São Paulo: Novo Século, 2004.
- RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1967.

⁵⁷ TILLICH, 2004, p. 94.

SOVERAL, Eduardo Abranches de. **O problema das influências de Locke e de Hume em Kant**. Revista Portuguesa de Filosofia T. 23, Fasc. 2 (Apr.-Jun. 1967), pp. 161-183.

TILLICH, Paul. **Perspectivas da Teologia Protestante nos Séculos XIX e XX**. São Paulo: ASTE, 2004.